

# 15º Exame de Ordem - 1ª fase - 2001

## Direito Civil

1. No que diz respeito à posse é correto afirmar:

- (a) A companheira tem justo título na posse de bens comuns do casal, quando do falecimento do companheiro;
- (b) Para que haja composses é necessário que todos os compossuidores tenham ciência da posse dos demais;
- (c) O possuidor direto pode exercer a repulsa legítima à invasão de sua esfera possessória por parte do possuidor indireto, ainda que não mais vigente o título jurígeno autorizador do desdobramento da posse;
- (d) Não se caracteriza a posse violenta quando alguém se apossa de propriedade onde não encontrou ninguém e depois tão-somente impede o dono de nela reentrar.

2. Assinale a alternativa incorreta:

- (a) Negócio jurídico é uma declaração de vontade privada das partes destinada a produzir efeitos que os agentes pretendem e que o direito reconhece;
- (b) Efeitos do negócio jurídico são a constituição, modificação ou extinção de relações jurídicas, de modo vinculante, obrigatório para as partes intervenientes;
- (c) No negócio jurídico os efeitos são os que a parte lhe conferem, no exercício de sua autonomia, desde que conforme à lei, à ordem pública e aos bons costumes;
- (d) No negócio jurídico a vontade que se exprime não se dirige à produção de efeitos jurídicos específicos. Estes efeitos dependem de lei, onde já estão completa e integralmente previstos.

3. Em relação à responsabilidade por fato de terceiro é correto afirmar:

- (a) O médico responde pelos atos ilícitos de seus auxiliares, enfermeiros etc., que agirem sob sua orientação, mas não responde pelo ato culposo, independente, do enfermeiro ou auxiliar, caso em que a responsabilidade é do nosocômio.
- (b) O ascendente que tiver ressarcido o dano tem o direito de regresso contra o respectivo descendente, agente do dano.
- (c) Os maiores de dezesseis anos e menores de vinte e um anos não respondem diretamente por obrigações resultantes de atos ilícitos, em que forem culpados, sendo essa responsabilidade direta e exclusiva de seus pais, tutores ou curadores.
- (d) Os patrões, amos ou comitentes só respondem pelos atos dos seus empregados, serviçais e prepostos se ficar provado que eles concorreram para o dano por culpa, ou negligência de sua parte.

4. O estado de família tem como características:

- (a) É transmissível, personalíssimo, intransigível, irrenunciável, imprescritível, universal, indivisível, correlativo e oponível *inter partes*;
- (b) É intransmissível, personalíssimo, intransigível, irrenunciável, imprescritível, universal, indivisível, correlativo e oponível *erga omnes*;
- (c) É intransmissível, personalíssimo, transigível, irrenunciável, imprescritível, universal, indivisível, correlativo e oponível *erga omnes*;
- (d) É intransmissível, personalíssimo, intransigível, irrenunciável, prescritível, universal, divisível, correlativo e oponível *erga omnes*.

5. A prática de ato incompatível com a intenção de recorrer configura:

- (a) Preclusão consumativa;
- (b) Caducidade;
- (c) Decadência;
- (d) Preclusão lógica.

6. A ação regressiva, exercida como modalidade de intervenção de terceiros, configura o(a):

- (a) Chamamento ao processo;
- (b) Nomeação à autoria;
- (c) Denúnciação da lide;
- (d) Oposição.

7. A decisão que releva a deserção é:

- (a) Atacável por agravo de instrumento;
- (b) Passível de oferecimento de apelação cível;
- (c) Impugnável por recurso em sentido estrito;
- (d) Irrecorrível.

8. A prevenção entre dois Juízos de mesma competência territorial se estabelece para causas conexas:

- (a) Pela citação válida;
- (b) Pelo despacho positivo, em primeiro lugar, da petição inicial;
- (c) Pela data da propositura da ação;
- (d) Pela sentença proferida em primeiro lugar.

## Direito Penal

9. Tinoco, responsável pelo almoxarifado de uma repartição pública, vendo que o seu subordinado Alfredo, com constância, era procurado por várias mulheres, acabou por descobrir que o mesmo era bígamo. Entretanto, Tinoco, por considerar que seu subordinado era um exemplar funcionário e que prestava assistência material a todas as mulheres que o procuravam, por indulgência, deixou de levar o fato ao conhecimento de seu superior. Responda:

- (a) Tinoco cometeu o crime de condescendência criminosa;
- (b) Tinoco não cometeu delito;
- (c) Tinoco cometeu o crime de favorecimento pessoal;
- (d) Tinoco cometeu o crime de prevaricação.

10. Bacharel em Direito que teve suspensa a sua inscrição perante a OAB, mas, que continuou, normalmente, exercendo a profissão de Advogado, comete:

- (a) Mera infração de caráter disciplinar;
- (b) Crime contra a organização do trabalho;
- (c) Contravenção penal;
- (d) Infração trabalhista.

11. A teoria da ficção é aplicada:

- (a) Crime continuado;
- (b) Concurso de crimes;
- (c) Concurso material;
- (d) Concurso formal.

12. *Aberratio ictus* e *aberratio criminis* significam:

- (a) A mesma coisa;
- (b) Erro de execução e resultado diverso do pretendido;
- (c) Casos de crimes diversos, em prejuízo de pessoa diversa;
- (d) Resultado diverso do pretendido.

13. Dentre as alternativas abaixo é possível afirmar que a prisão temporária poderá ser decretada:

- (a) Somente durante a fase do inquérito policial.
- (b) Somente durante a fase da instrução criminal.
- (c) No inquérito policial e na instrução criminal.
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

14. Em hipótese de flagrante delito quem deverá proceder à respectiva prisão:

- (a) Somente os agentes policiais.
- (b) Somente as autoridades policiais.
- (c) As autoridades policiais e seus agentes.
- (d) Qualquer pessoa do povo, as autoridades policiais e seus agentes.

15. A mútua relação existente entre a sentença e o pedido constante da denúncia delimita a apreciação judicial com fundamento no seguinte princípio:

- (a) Princípio da indisponibilidade;
- (b) Princípio da identidade física do juiz;
- (c) Princípio da correlação;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

16. O procedimento estabelecido na Lei nº 9.099/95, para o julgamento dos crimes de menor potencial ofensivo, é o:

- (a) Comum para os crimes apenados com reclusão;
- (b) Sumário;
- (c) Sumaríssimo;
- (d) Todas as respostas acima estão incorretas.

## Direito Trabalhista

17. Qual o *quorum* mínimo para o funcionamento de Turma no TRT/1ª Região:

- (a) 2 juizes;
- (b) 4 juizes;
- (c) 3 juizes;
- (d) nenhuma das respostas anteriores.

18. No Recurso de Revista, dentre as premissas abaixo apontadas, quais são as exigíveis:

- (a) Depósito judicial complementar e diferença de custas (se acrescida a condenação pelo Acórdão), mais o prequestionamento das matérias

recorridas;

(b) Tais ônus (depósito complementar e dif. de custas) não são exigíveis em nenhuma hipótese (porque no Recurso Ordinário a parte já os atendera) e a demonstração da literal violação a texto legal;

(c) Demonstrar a divergência jurisprudencial existente dentro do mesmo

Tribunal Regional e juntar as xerox das peças principais do processo ao Recurso;

(d) Nenhuma das alternativas anteriores.

19. O gerente bancário faz ou não jus às horas extras em percebendo a gratificação mínima de 1/3 do seu salário básico:

(a) Nunca, pois exerce função gerencial;

(b) Após a 8ª hora trabalhada terá o direito à percepção;

(c) Após a 5ª hora trabalhada deverá perceber extras;

(d) Nenhuma das alternativas anteriores.

20. A empregada doméstica tem direito, obedecidos os preceitos legais, a:

(a) Férias anuais, FGTS obrigatório e 13º. salário;

(b) FGTS obrigatório, 13º. salário e aviso prévio sempre igual a 45 dias;

(c) Férias anuais, 13º salário e ao FGTS facultativo;

(d) Nenhuma das alternativas anteriores.

21. Em que casos os Recursos ou o meio de impugnação ou de defesa (no caso dos Embargos abaixo) são interponíveis no prazo de até 8 dias:

(a) Ordinário, Agravo de Petição e Embargos à Execução (ou à penhora);

(b) Revista, Ordinário e Embargos de Declaração (para estes, autores o classificam também como Recurso);

(c) Extraordinário, Ordinário e Embargos de Terceiro;

(d) Nenhuma das alternativas anteriores.

22. Na Justiça do Trabalho qual o Recurso que é sucedâneo da Apelação, esta, cabível nas demais esferas do Judiciário:

(a) Extraordinário;

(b) Revista;

(c) Ordinário;

(d) Nenhuma das alternativas anteriores.

## Direito Comercial

23. Assinale a afirmação correta, a respeito das sociedades mercantis existentes no Brasil:

(a) O tipo mais antigo de sociedade em que a responsabilidade dos sócios é limitada, é a sociedade anônima;

(b) O tipo mais antigo de sociedades em que a responsabilidade dos sócios é limitada, é a sociedade por quotas de responsabilidade limitada;

(c) Na sociedade de capital e indústria, o sócio de capital tem o mesmo tipo de responsabilidade que o sócio de indústria;

(d) Na sociedade em conta de participação, o ato constitutivo deve ser levado a registro na Junta Comercial.

24. Assinale a resposta correta, a respeito do Decreto nº 3.708/19, que regula a constituição das sociedades por quotas de responsabilidade limitada:

(a) Esse decreto disciplina também as sociedades por ações, complementando a respectiva legislação;

- (b) Esse decreto é tão antigo, que deixa os sócios inteiramente livres para estabelecerem o que desejarem, no contrato social;
- (c) Esse decreto foi baseado na lei portuguesa do início do século XX e estabelece que, para suprir as omissões do contrato social, devem-se observar os dispositivos cabíveis, da lei de Sociedades Anônimas;
- (d) Esse decreto autoriza a que uma sociedade por quotas seja unipessoal por tempo indefinido.

25. Assinale a resposta correta, a respeito do consórcio de empresas regulado pela Lei nº 6.404/76:

- (a) É uma figura criada pelo Direito Administrativo, somente para atender às necessidades de segurança da administração pública, quando esta pretende licitar obras;
- (b) Tem personalidade e capacidade jurídicas, podendo contratar e ser demandado em juízo;
- (c) É um contrato que deve ser objeto do registro público contemplado na Lei nº 8.934/94;
- (d) Acarreta a presunção de solidariedade entre as consorciadas.

26. Assinale a afirmação correta:

- (a) Mandato mercantil e comissão mercantil são, na realidade, um mesmo contrato;
- (b) Alienação fiduciária em garantia e compra e venda com reserva de domínio são institutos idênticos;
- (c) A nota promissória *soluto* acarreta para o seu emitente os mesmos efeitos que a nota promissória *solvendo*;
- (d) Uma debênture com garantia real assegura ao seu detentor um crédito quirografário na falência da empresa emitente.

## Direito Tributário

27. A tempestiva declaração do imposto de renda entregue até abril de 2001, deve referir-se ao exercício financeiro de:

- (a) 1999;
- (b) 2000;
- (c) 2001;
- (d) 2002.

28. A "Taxa de Incêndio" cobrada nos Municípios do Estado do Rio de Janeiro é instituída e cobrada por qual ente:

- (a) União;
- (b) Estado;
- (c) Município;
- (d) Distrito Federal.

29. A coisa julgada, com relação ao crédito tributário, é causa de:

- (a) Suspensão;
- (b) Interrupção;
- (c) Extinção;
- (d) Exclusão.

30. Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito tributário ocorrerá quantos dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento:

- (a) 5;
- (b) 10;

(c) 2;

(d) 30.

## Direito Internacional

31. Antonio, nacional de Cabo Verde, se casou com Ana, brasileira, em 1990, tendo adquirido o visto permanente para o Brasil em 1991 e atualmente vive na cidade do Rio de Janeiro, tendo dessa união nascido Bia, em 1997. O casal se separou em 1998, tendo a sentença da separação judicial fixado alimentos. Ocorre que Antonio deixou de pagar os alimentos devidos a sua ex-mulher e filha, tendo sido determinado a sua prisão, nos termos do texto Constitucional. Diante de tal fato leia as alternativas abaixo e marque a opção correta:

I - Antonio para requerer sua naturalização terá que aguardar 15 anos de residência no Brasil.

II - Antonio não poderá se naturalizar tendo em vista que sua prisão foi determinada em razão de ser devedor de alimentos fixados por sentença judicial.

III - Antonio não poderá se naturalizar porque se separou de sua mulher que possui a nacionalidade brasileira.

(a) I e II são verdadeiras.

(b) I, II e III são verdadeiras.

(c) I e III são verdadeiros.

(d) Todas as alternativas são falsas.

32. Sabendo-se que Pedro Paulo, brasileiro, condenado pela Justiça brasileira por envolvimento em tráfico de drogas, foi preso em um país com o qual o Brasil mantém tratado de extradição e onde se encontra de forma irregular, pergunta-se: O que fazer para que possa o criminoso cumprir a pena que lhe foi imposta no Brasil?

(a) Aguardar a espontânea iniciativa do governo estrangeiro na extradição do brasileiro;

(b) Solicitar do Governo estrangeiro a expulsão do brasileiro;

(c) Enviar original da sentença condenatória para execução no local onde ele está preso;

(d) Todas as respostas estão erradas.

33. A lei de Introdução ao Código Civil estabelece regras relativas ao Direito Internacional. Tendo em vista tal diploma legal, marque a alternativa correta:

(a) Realizando-se o casamento de estrangeiros no Brasil, será aplicada a sua lei de origem aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração;

(b) A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será sempre regulada pela lei pessoal do de cujus;

(c) As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes;

(d) Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.

34. Determinado país nomeia um novo Embaixador para o Brasil. Seu nome e de sua esposa, também estrangeira, são acreditados perante Ministério das Relações Exteriores que determina a concessão dos seguintes vistos ao casal:

- (a) Permanente para o Embaixador e temporário para sua mulher;
- (b) Oficial para o Embaixador e de turista para sua mulher;
- (c) Ambos receberão o visto Diplomático;
- (d) Oficial para o embaixador e o de cortesia para sua esposa.

## Direito Constitucional

35. Identifique, dentre as hipóteses abaixo, a alternativa verdadeira:

- (a) O Poder Constituinte originário deferido aos Estados Federados, de sorte a que se auto-organizem, é inicial, permanente, ilimitado e incondicionado;
- (b) A rigidez constitucional, identificada nas Constituições escritas, está apoiada na idéia da imutabilidade do Texto Fundamental por processo ordinário de elaboração legislativa;
- (c) A recepção, como fenômeno da norma legal no tempo, corresponde à restauração de vigência de lei revogada, pela perda de vigência da lei revogadora;
- (d) A norma contida no art. 5º, inciso XIII, da Constituição da República Federativa do Brasil em vigor, enunciando que *"livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer"*, constitui exemplo, segundo a classificação de José Afonso da Silva, de norma constitucional de eficácia limitada.

36. Com pertinência ao Estado, ao Estado Federal e à Federação brasileira, indique a alternativa INCORRETA dentre as que se seguem:

- (a) Constituem elementos integrativos do Estado o povo, o território, o Poder Público, a soberania e a finalidade;
- (b) O Estado Federal, como expressão do Direito Constitucional, nascido com a Constituição norte-americana de 1787, baseia-se na união de coletividades políticas autônomas;
- (c) A secessão, como instituto típico do Estado Federal, permite a que os Estados Federados se desliguem da estrutura federativa;
- (d) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.

37. Em tema de controle de constitucionalidade, é lícito afirmar que:

- (a) É competente o Supremo Tribunal Federal para processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual em face da Constituição Federal;
- (b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental poderá ser proposta, exclusivamente, pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal, pela Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República;
- (c) Cabe aos Estados Federados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual e Federal;
- (d) É inviável o deferimento de pedido de medida cautelar em ação declaratória de constitucionalidade, por incompatível com a natureza do instituto.

38. Aponte, em meio às proposições elencadas a seguir, versando acerca dos Poderes, aquela formulada com INCORREÇÃO diante do Texto Constitucional:

- (a) Inclui-se entre as competências exclusivas do Congresso Nacional a de aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;
- (b) O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no

curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente;

(c) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade;

(d) Os juizes gozam da garantia da vitaliciedade que, no segundo grau, só será adquirida após um ano de exercício, da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, e da irredutibilidade de subsídios.

39. Sobre ser do processo legislativo, assinale o enunciado correto:

(a) A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros;

(b) A iniciativa das leis complementares, sem que os respectivos projetos possam ser objeto, em qualquer hipótese, de emenda parlamentar, cabe, com exclusividade, ao Presidente da República;

(c) Incumbe ao Tribunal de Contas da União, inserido na estrutura institucional do Poder Judiciário, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial na União e das entidades da administração direta e indireta;

(d) O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo congresso Nacional, sendo retratável por natureza, não carece de motivação.

40. Marque a opção correta:

(a) O *habeas corpus* pode ser impetrado por qualquer pessoa física, desde que nacional, sendo vedada a sua utilização por pessoa jurídica, ainda que em favor de pessoa física, e pelo Ministério Público;

(b) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais;

(c) Conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, assim como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

(d) Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público.

## Direito Administrativo

41. O princípio legalmente estabelecido à obediência pela Administração Pública e traduzido na observância, que lhe é prescrita, do critério segundo o qual lhe é vedada aplicação retroativa de nova interpretação de uma norma administrativa, denomina-se:

(a) Razoabilidade;

(b) Proporcionalidade;

(c) Segurança jurídica;

(d) Impessoalidade.

42. Não é entidade de administração indireta de natureza autárquica:

(a) A Caixa Econômica Federal;

(b) A Agência Nacional de Energia Elétrica;

(c) O Banco Central do Brasil;

(d) A Comissão de Valores Mobiliários.



43. A criação de subsidiárias de uma sociedade de economia mista depende de:

- (a) Lei;
- (b) Autorização legislativa;
- (c) Lei específica;
- (d) **Autorização legislativa em cada caso.**

44. O vício que torna nulo o ato administrativo praticado em contrariedade a ato normativo é conceituado legalmente como de:

- (a) Incompetência;
- (b) Desvio de finalidade;
- (c) **Ilegalidade do objeto;**
- (d) Inexistência do motivo.

## Deontologia Jurídica

45. Um Advogado militante, inscrito na OAB-RJ, escolhido em lista tríplice (p/quinto constitucional), foi nomeado e empossado como Desembargador do Tribunal Regional Federal - 2a Região.

Pergunta-se: Como fica a situação daquele Advogado junto à OAB-RJ e no exercício da advocacia?

- (a) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia normalmente;
- (b) **Terá sua inscrição na OAB-RJ cancelada e, conseqüentemente, não poderá mais exercer a advocacia;**
- (c) Será licenciado pela OAB-RJ e não poderá exercer a advocacia enquanto estiver licenciado;
- (d) Continuará inscrito na OAB-RJ e exercendo a advocacia, ficando, porém, proibido de advogar contra a Fazenda Pública que o remunera.

46. O Advogado FRANCISCO ROCHA foi processado pela OAB-RJ por manter-se constantemente embriagado.

Pergunta-se: Sendo ele primário, qual punição disciplinar cabível na hipótese?

- (a) Exclusão do quadro da OAB-RJ;
- (b) **Suspensão, simples ou com multa;**
- (c) Censura, simples ou com multa;
- (d) Advertência.

47. Qual das afirmações abaixo está em perfeito acorde com o disposto pelo Código de Ética e Disciplina da OAB?

- (a) **Concluída a causa que patrocinava, o Advogado é obrigado a devolver ao cliente os documentos e valores recebidos, não podendo retê-los mesmo quando tem honorários a receber daquele cliente;**
- (b) Concluída a causa que patrocinava, o Advogado só poderá reter documentos e valores recebidos em nome do cliente, quando tiver honorários a receber do mesmo cliente;
- (c) O Advogado é obrigado a preservar o sigilo profissional, não podendo violá-lo em hipótese alguma;
- (d) O Advogado pode recusar a defesa de uma causa criminal, quando se tratar de crime hediondo.

48. O Advogado ROBERTO RIBEIRO, com escritório no Rio de Janeiro e inscrição apenas na OAB-RJ, quer ingressar com uma ação cível na Comarca de Vitória-ES. Para tanto, o que deve fazer Roberto Ribeiro?

- (a) Deve pedir autorização à OAB-ES (ou à Subseção de Vitória-ES), para poder ingressar com a referida ação naquele Estado;
- (b) Deve fazer a transferência de sua inscrição para a OAB-ES;
- (c) Deve fazer uma inscrição suplementar na OAB-ES;

(d) Pode ingressar com a referida ação, sem necessidade de autorização, de transferência ou de inscrição suplementar na OAB-ES.

49. Para que uma Sociedade de Advogados adquira personalidade jurídica é necessário:

- (a) Apenas o registro de seu Contrato ou Estatuto social na OAB;
- (b) Apenas o registro de seu Contrato ou Estatuto Social na Junta Comercial;
- (c) Apenas o registro de seu Contrato ou Estatuto social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- (d) O registro de seu Contrato ou Estatuto Social na OAB, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e no C.N.P.J. (Ministério da Fazenda).

50. José da Silva firmou contrato de prestação de serviços com Manoel dos Santos, cujo valor total era de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). No curso do contrato, Manoel dos Santos pagou a José da Silva parcelas totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais). Terminado o serviço contratado, Manoel dos Santos não pagou seu débito e José da Silva constituiu o Advogado ALBERTO SANTANA, que ingressou em juízo com ação contra Manoel dos Santos, cobrando deste a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) pelos serviços prestados.

Pergunta-se: Como se denomina tal procedimento do Advogado ALBERTO SANTANA?

- (a) Patrocínio Infiel;
- (b) Tergiversação;
- (c) Lide Temerária;
- (d) Exercício Ilegal da Advocacia.